

Deputado propõe campanha pelo parlamentarismo

Aue

ANC 88
Pasta 16 a 23
Abril/87
024

SALVADOR -- O desencadeamento de uma campanha pública nacional pela adoção do sistema parlamentarista será proposta pelo Deputado Jorge Hage (PMDB-BA), na reunião da Executiva Nacional do partido, a se realizar na próxima quinta-feira. A proposta, segundo ele, será levada, a seguir, a uma frente de partidos representados na Constituinte e que defendem majoritariamente esse sistema de Governo.

Hage não acredita que uma campanha desse tipo possa dispersar o trabalho constituinte, mas, ao contrário, entende que a Constituinte pode se perder se ficar excessivamente desligada da população.

— Temos que popularizar o debate, pois o povo precisa entender que no parlamentarismo ele pode exercer um controle permanente sobre o Governo, explica Hage.

Convencido de que a História brasileira é uma sucessão de crises e de que o sistema presidencialista não apresenta a mínima flexibilidade para "amortecer" as crises políticas, Hage sustenta que o País não deve perder a oportunidade de experimentar um novo caminho.

— O caminho do Sistema Parlamentarista é muito mais amoldável às condições cambiantes, sem exigir rupturas para fazer correções de rumo. Já o Presidencialismo é rígido: ou funciona tudo muito bem, ou tem que ser rompido. E como as coisas usualmente não funcionam muito bem, a cada momento há quem queira rompê-lo. Ainda hoje, estamos assistindo novamente a esse mesmo filme — explica ele.

O Globo
18/4/1987

Pena de morte deverá agitar a subcomissão

BELO HORIZONTE — O direito de propriedade e a pena de morte são os dois pontos essencialmente polêmicos a serem tratados pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Especialmente preocupado, o Presidente da Comissão, Deputado Mário Assad (PFL — MG), quer cautela no exame dessas questões, sobretudo no que se refere à pena de morte.

O parlamentar mineiro acha que um tratamento inadequado desses assuntos pode contrariar a própria razão de existir da Comissão. Contrário à adoção da pena de morte, Assad a considera uma questão "explosiva", na medida em que os setores da sociedade que a propõem, utilizam como argumento a onda de crimes e de violência testemunhada pelo país.

Na sua qualidade de advogado, ele defende, entretanto, que certos crimes de natureza violenta, como sequestro e estupro, sejam considerados inafiançáveis, e sem direito aos benefícios da Lei Fleury, que permite ao acusado responder processo em liberdade.

— Nós advogados sabemos que as provas testemunhal e documental são falhas. Apesar de compreendermos a reação no país, contra a violência, porque ela é humana, consideramos que é mil vezes melhor absolver com culpados do que condenar um inocente a pena de morte — argumenta o deputado. Nesse tema, como no que trata do direito da propriedade, Mário Assad pensa que a Comissão terá que ouvir ao máximo a comunidade para cumprir bem a sua missão.